



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPNG – 25/01/2018 – BRASÍLIA/DF**

ATA 17/2017

1 Aos 25 dias do mês de janeiro de 2018, às 14 horas, na sede da Procuradoria-Geral do Trabalho,
2 em Brasília/DF, em Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do
3 Ministério Público dos Estados e da União – CNPG, estiveram presentes os Excelentíssimos (as)
4 Senhores (as): Dr. Sandro José Neis, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina,
5 Presidente do CNPG; Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, representando o Procurador-
6 Geral de Justiça do Estado de Alagoas; Dr. Márcio Augusto Alves, Procurador-Geral de Justiça
7 do Estado do Amapá; Dra. Sara Souza, representando a Procuradora-Geral de Justiça do Estado
8 da Bahia, Dr. Leonardo Roscoe Bessa, Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e
9 Territórios; Dra. Elda Mácia Moraes Spedo, Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Espírito
10 Santo; Dr. Benedito Torres Neto, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás; Dra. Domingas
11 de Jesus Froz Gomes, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão; Dr.
12 Mauro Benedito Pouso Curvo, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso; Dr.
13 Alexandre Magno B. Lacerda, representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato
14 Grosso do Sul; Dr. Antônio Sérgio Tonet, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas
15 Gerais; Dr. Gilberto Valente Martins, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará; Dr. Ivonei
16 Sfoggia, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná; Dr. Francisco Dirceu Barros,
17 Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco; Dra. Martha Celina de Oliveira Nunes,
18 representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí; Dr. Marfan Martins Vieira,
19 representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Fabiano Dallazen,
20 Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. José Carlos Consenzo,
21 representando o Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo; Dr. José Rony Silva
22 Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe; Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira,
23 Procurador-Geral de Justiça do Estado do Tocantins; Dr. Clauro Roberto de Bortolli,
24 representando o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público Militar; Dr. Ronaldo Curado
25 Fleury, Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Trabalho; Dra Norma Angélica Reis
26 Cardoso Cavalcanti, Presidente da CONAMP; Dr. Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto, Vice-
27 Presidente da CONAMP; Dr. Elísio Teixeira Lina Neto, Secretário-Geral da CONAMP; Dr. Fábio
28 Bastos Stica, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; Dr. Marcelo Weitzel
29 Rabello de Souza, Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; e o Dr. Fernando da
30 Silva Comin, Secretário-Executivo do CNPG. **INICIADOS OS TRABALHOS:** O Sr. Presidente
31 agradeceu a presença de todos e desejou um ano produtivo para todos os Procuradores-Gerais,
32 exortando a importância da união do Colegiado e das Instituições, agradecendo a presença da
33 Presidente da CONAMP, Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, e seu Vice-Presidente,
34 Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto. Em seguida, foi concedida a palavra ao Dr. Ronaldo
35 Curado Fleury (Procurador-Geral do Trabalho), que desejou um bom ano de 2018 a todos,
36 agradecendo a oportunidade de sediar a presente reunião. **ITEM 1) Aprovação da Ata n. 16,**
37 **de 4 de dezembro de 2017, referente à Reunião Extraordinária, ocorrida na sede da PGR:**



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPNG – 25/01/2018 – BRASÍLIA/DF**

ATA 17/2017

38 Aprovada, por unanimidade. **ITEM 2) Discussão sobre os trabalhos da Comissão Especial**
39 **destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6726, de 2016, do Senado Federal, que**
40 **"regulamenta o limite remuneratório de que tratam o inciso XI e os §§ 9º e 11 do art. 37 da**
41 **Constituição Federal" (PL 6726/16):** Aberta a discussão, o Sr. Presidente informou ter realizado
42 contato com alguns parlamentares durante o período do recesso, solicitando aos Procuradores-
43 Gerais informações atualizadas sobre eventuais contatos com os respectivos parlamentares. Em
44 seguida, a Presidente da CONAMP relatou reuniões realizadas com a Presidência do STF e com o
45 Min. Luiz Fux, Relator das ações que tratam do pagamento do auxílio-moradia à Magistratura e
46 ao Ministério Público, as quais devem ser julgadas no início do mês de março. Informou que o
47 Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux recebeu na tarde desta terça-feira (23/01)
48 dirigentes das entidades integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público
49 (Frentas) para tratar do julgamento da ação referente ao auxílio-moradia e que, durante a reunião,
50 os representantes das entidades comunicaram ao ministro que apresentarão subsídios para o
51 julgamento, dentre eles os valores de auxílio-moradia pagos pelo Executivo e pelo Legislativo. A
52 Sra. Presidente informou, ainda, que outro levantamento importante que será encaminhado é a
53 relação dos imóveis funcionais ocupados por autoridades no país. Estes imóveis representam o
54 pagamento do auxílio-moradia "in natura", ou seja, se alguns desses imóveis fossem alugados,
55 cada um valeria cerca de R\$ 15.000,00, resultando num recurso que, indiretamente, a União está
56 despendendo com moradia. Também foi solicitado ao Ministro apoio para a aprovação do reajuste
57 dos subsídios e da parcela de valorização por tempo de magistratura e Ministério Público
58 (ATS/VTM). Na sequência, a Sra. Presidente discorreu sobre a grande mobilização contra a
59 Reforma da Previdência e pela valorização das carreiras do Ministério Público e da Magistratura,
60 mobilização que será realizada no dia 1º de fevereiro, em Brasília, no Congresso Nacional, com a
61 previsão de participação de mais de mil Promotores e Procuradores do País, e a importância do
62 movimento pela valorização das carreiras, diante da possibilidade de exclusão ou tributação do
63 auxílio-moradia, ausência de reajuste dos subsídios, necessidade de instituição da parcela de
64 valorização da magistratura, dentre outras questões. Por fim, foi demonstrada preocupação, pela
65 Sra. Presidente, com relação a diversas resoluções e recomendações do CNMP, a exigir uma
66 articulação estratégica de forças do CNPG e da CONAMP. Em seguida, o Sr. Vice-Presidente da
67 CONAMP (Presidente eleito) reiterou o convite para a solenidade de posse da nova diretoria
68 eleita. O Sr. Vice-Presidente informou da intenção do Relator da Comissão do Extrateto em
69 apresentar o seu Relatório nos primeiros dias do mês de fevereiro, bem como sua preocupação
70 com o discurso do Relator, de que o Ministério Público dos Estados ainda não teria apresentado
71 informações que haviam sido solicitadas pela Comissão, o que seria importante que fosse
72 atendido antes da apresentação do relatório. Em seguida, o Vice-Presidente solicitou aos
73 Procuradores-Gerais que fossem repassadas à CONAMP eventuais informações a respeito do
74 posicionamento dos parlamentares que compõem a Comissão Especial do Extrateto, cujas
75 informações estão sendo compiladas pela CONAMP, com o objetivo de ser definida uma



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 25/01/2018 – BRASÍLIA/DF**

ATA 17/2017

76 estratégia para a votação. Após, o Sr. Presidente informou o Colegiado a respeito de algumas
77 críticas realizadas pelo Relator da Comissão Especial do Extrateto quanto à eventual omissão no
78 encaminhamento de informações, o que foi objeto de visita do Conselheiro do CNMP, Fábio
79 Stica, que esclareceu ao parlamentar e sua equipe que não houve qualquer atraso no
80 encaminhando das informações solicitadas, as quais, quando não puderam ser entregues no prazo,
81 foi solicitada a prorrogação do prazo. Pelo Dr. Fabiano Dalazen (PGJ/RS) foi manifestada sua
82 preocupação com a intenção da Receita Federal implementar eventual tributação do auxílio-
83 moradia e eventual caracterização do crime de excesso de exação, decorrente da cobrança de
84 imposto que sabe ou deveria saber ilegal, porquanto o pagamento tem sido realizado com base em
85 decisão judicial que considerou o benefício como de natureza indenizatória. Pelo Dr. Marfan
86 Martins Vieira (MP/RJ) informou a existência de decisões divergentes no STF quanto à natureza
87 do auxílio-moradia, não avaliando como positiva a estratégia de persecução penal antes da
88 definição da questão pelo Plenário. Manifestou sua preocupação com relação à posição da
89 Ministra Presidente do STF com relação ao auxílio-moradia e ao reajuste dos subsídios, o que
90 torna de significativa importância a mobilização do dia 1º de fevereiro. Na sequência, o Dr.
91 Francisco Dirceu Barros (PGJ/PE) manifestou sua preocupação a respeito de como o STF vai
92 interpretar a manifestação, bem como da necessidade de prudência na fala dos oradores, para que
93 não sejam criadas maiores resistências às que atualmente existem. Pelo Dr. Alexandre Magno
94 Benites de Lacerda (MP/MS) manifestou sua preocupação com a tese do excesso de exação, para
95 que seja conversado com a Casa Civil, para que se aguarde o julgamento do STF a respeito da
96 matéria, antes da Receita Federal iniciar as notificações. Em seguida, o Sr. Presidente manifestou
97 sua preocupação com a definição do posicionamento do CNPG diante da mobilização nacional
98 organizada pela FRENTAS, registrando a importância da participação da Sra. Procuradora-Geral
99 da República no tratamento das questões de interesse na valorização da magistratura e do
100 Ministério Público. Na sequência, em deliberação, foi aprovado, por unanimidade, a adesão do
101 CNPG à mobilização nacional realizada pela FRENTAS. O Sr. Presidente concedeu a palavra ao
102 Conselheiro Fábio Bastos Stica, que informou que na última sessão da Comissão Extrateto no ano
103 de 2017, no dia 19 de dezembro, o Relator teria sido muito incisivo quanto à resposta
104 supostamente evasiva e incompleta do CNMP em relação às informações solicitadas. Como as
105 informações já haviam sido compiladas e encaminhadas à Comissão, dirigiu-se ao Relator, com o
106 intuito de esclarecer referida situação. Na ocasião, o Relator solicitou que as informações fossem
107 referentes ao período de setembro/16 a agosto/17, o que ensejou o encaminhamento de um ofício,
108 pela Comissão de Controle Administrativo e Financeiro do CNMP, aos Ministérios Públicos,
109 solicitando tais informações, no prazo de 15 (quinze) dias. Após discussão, foi deliberado, por
110 unanimidade, pelo encaminhamento de ofício à Comissão de Controle Administrativo e
111 Financeiro, solicitando-se a prorrogação do prazo para o encaminhamento das informações, por
112 mais 15 (quinze) dias. **ITEM 3) Distribuição do Procedimento de Estudos e Pesquisas n. SEL-
113 CNMP 19.00.3331.0005017/2017-69, que trata da fixação de “diretrizes para orientações**



REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 25/01/2018 – BRASÍLIA/DF

ATA 17/2017

114 *sobre a atuação da Corregedoria Nacional e pelas Corregedorias das Unidades do Ministério*
115 *Público para a realização de quebra de sigilos em geral, como fiscal, bancário, telefônico e*
116 *telemático*”: Distribuído ao MP/PA, na pessoa do Dr. Gilberto Valente (PGJ/PA), para elaboração
117 de nota técnica a ser submetida à apreciação do CNPG, na próxima reunião ordinária. ITEM
118 4) Distribuição da Proposição n. 1.00943/2017-33, que trata da seguinte Proposta de
119 Enunciado: “*Os membros do Ministério Público, na qualidade de agentes políticos, assumem o*
120 *compromisso, inerente a seu cargo, de se manterem à disposição dos jurisdicionados, em*
121 *regime de trabalho que lhes impõe dedicação especial, sem que tal disponibilidade seja*
122 *acompanhada de qualquer retribuição adicional àquelas já percebidas, seja mediante*
123 *pagamento em espécie, seja mediante concessão de folgas*”: Após o Sr. Presidente haver
124 esclarecido que a proposição decorre de um encaminhamento do “GT de Jurisprudência”, bem
125 como as conversas entabuladas com alguns Conselheiros do CNMP a respeito da matéria, o
126 procedimento foi distribuído ao MP/PR, na pessoa do Dr. Ivonei Sfoggia (PGJ/PR), para
127 elaboração de nota técnica a ser submetida à apreciação do CNPG, na próxima reunião ordinária.
128 ITEM 5) Distribuição do Procedimento de Estudos e Pesquisas n. SEI-CNMP
129 19.00.3331.0005407/2017-15, que trata da “*apresentação de propostas e orientações sobre a*
130 *atuação do Ministério Público brasileiro, em suas Escolas Institucionais, no que se refere ao*
131 *estágio probatório de membros da Instituição, de modo a abranger a gestão da formação*
132 *humana, os cursos de ingresso, os cursos de vitaliciamento, a avaliação, a orientação e a*
133 *fiscalização pelas Corregedorias*”: Distribuído ao MP/RS, na pessoa do Dr. Fabiano Dalazen
134 (PGJ/RS), para elaboração de nota técnica a ser submetida à apreciação do CNPG, na próxima
135 reunião ordinária. ITEM 6) Acompanhamento Processos CNMP: Ofício n. 1263/2017-
136 GAB/PGJ, de 11 de dezembro de 2017, do Ministério Público do Estado de Alagoas, sobre a
137 Proposição n. 1.00126/2015-31 e Proposição n. 0.00.000.000241/2013-81: Por solicitação do
138 Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (MP/AL), foi retirado de pauta. ITEM
139 7) Acompanhamento Processos CNMP: Ofício n. 1087/2017/PGJ, de 30 de novembro de
140 2017, do Ministério Público do Estado do Pará, sobre a Proposição n. 1.00294/2016-71 e
141 Proposição n. 0.00.000.001222/2014-53: Por solicitação do Dr. Gilberto Valente (PGJ/PA), foi
142 retirado de pauta. ITEM 8) Indicação de representantes na Estratégia Nacional de Combate à
143 Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA): Foi deliberado, por unanimidade, pela
144 indicação do Dr. Gilberto Valente (PGJ/PA), como representante titular, e o Dr. Márcio Augusto
145 Alves (PGJ/AP), como suplente. ITEM 9) Ofício n. 1221/2017-GP, proveniente do Ministério
146 Público do Estado de Goiás, que trata de sugestão da lavra da Promotora de Justiça, para
147 que seja discutida proposta de elaboração de pedido de intervenção como *amicus curiae* nos
148 Recursos Especiais n. 1.681.690/SP e n. 1.682.836/SP, cuja controvérsia restou delimitada no
149 seguinte tema: “*legitimidade ‘ad causam’ do Ministério Público para pleitear, em demandas*
150 *contendo beneficiários individualizados, tratamento ou medicamento necessário ao tratamento*
151 *de saúde desses pacientes*”: Após discussão da matéria, foi deliberado, por unanimidade, pelo



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 25/01/2018 – BRASÍLIA/DF**

ATA 17/2017

152 ingresso dos Ministérios Públicos dos Estados, individualmente, como “amicus curiae” nas
153 respectivas ações. **ITEM 10) Discussão sobre a implementação das medidas previstas na**
154 **Resolução CNMP n. 178, de 7 de agosto de 2017, com a presença do Conselheiro Fábio**
155 **Bastos Stica, Presidente da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro do CNMP:**
156 Após discussão da matéria, com a apresentação do Conselheiro Fábio Stica, foi aprovado, por
157 unanimidade, o encaminhamento de ofício à Presidência do CNMP e à Presidência da Comissão
158 de Controle Administrativo e Financeiro daquele Conselho, solicitando-se a prorrogação do prazo
159 para a implementação das medidas previstas na Resolução CNMP n. 178, de 7 de agosto de 2017,
160 bem como a rediscussão da matéria no Plenário do CNMP. **ITEM 11) Assuntos Gerais:** Após
161 discussão, foi deliberado, por unanimidade, não haver óbice à realização do campeonato nacional
162 de futebol, realizado pela CONAMP, no mês de novembro, observadas eventuais situações
163 específicas de cada Ministério Público. Foi deliberado, ainda, o calendário de Reuniões Ordinárias
164 para o primeiro semestre de 2018, cujas reuniões serão realizadas nos dias 20/2 (São Paulo), 13/3,
165 17/4, 22/5 e 26/6. Foi aprovada, ainda, a realização de uma reunião extraordinária no dia 19/2, às
166 15 horas, com a presença do Dep. Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, na cidade
167 de São Paulo/SP. Por fim, foi informado pelo Sr. Presidente que, durante suas férias, será
168 substituído pelo representante regional mais antigo e desimpedido, Dr. Gianpaolo Poggio Smanio,
169 Procurador-Geral de Justiça de São Paulo e Vice-Presidente da Região Sudeste. Por fim, eu,
170 Fernando da Silva Comin, Secretário-Executivo do CNPG, lavrei esta ata, a qual vai assinada por
171 mim e pelos integrantes do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério
172 Público dos Estados e da União presentes.